

EXAME FINAL NACIONAL DO ENSINO SECUNDÁRIO

Prova Escrita de História A

12.º Ano de Escolaridade

Decreto-Lei n.º 139/2012, de 5 de julho

Prova 623/1.ª Fase

15 Páginas

Entrelinha 1,5, sem figuras

Duração da Prova: 120 minutos. Tolerância: 30 minutos.

2016

VERSÃO 1

Indique de forma legível a versão da prova.

Utilize apenas caneta ou esferográfica de tinta azul ou preta.

Não é permitido o uso de corretor. Risque aquilo que pretende que não seja classificado.

Para cada resposta, identifique o grupo e o item.

Apresente as suas respostas de forma legível.

Apresente apenas uma resposta para cada item.

As cotações dos itens encontram-se no final do enunciado da prova.

Nos termos da lei em vigor, as provas de avaliação externa são obras protegidas pelo Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos. A sua divulgação não suprime os direitos previstos na lei. Assim, é proibida a utilização destas provas, além do determinado na lei ou do permitido pelo IAVE, I.P., sendo expressamente vedada a sua exploração comercial.

Nas respostas aos itens de escolha múltipla, selecione a opção correta. Escreva, na folha de respostas, o grupo, o número do item e a letra que identifica a opção escolhida.

Nas respostas aos itens que envolvam a produção de um texto, a classificação tem em conta a organização dos conteúdos, a utilização da terminologia específica da disciplina e a integração da informação contida nos documentos.

GRUPO I

PORTUGAL NOS SÉCULOS XIII E XIV: SOCIEDADE, ECONOMIA E PODER POLÍTICO

Queixas dos procuradores dos concelhos nas Cortes de Lisboa (1371)

Nós, D. Fernando, pela graça de Deus rei de Portugal e do Algarve, desejamos que cada um viva seguro e regrado, com direito e justiça; para isto fizemos nossas Cortes, nas quais foram juntos os infantes nossos irmãos e bispos e abades e prelados e condes e priores e mestres das ordens das cavalaria e ricos-homens e fidalgos e também muitos e mui bons cidadãos das cidades e vilas, os quais mandámos vir a estas Cortes para termos acordo e conselho sobre como corrigir e melhorar o estado dos Reinos e para nos dizerem os agravos praticados por nós, pelos nossos oficiais ou por outros poderosos.

E nós, tendo conselho com os da nossa corte e com letrados e entendidos, respondemos em cada artigo.

1.º – Pedem-nos que, daqui em diante, o rei não faça guerra nem moeda nem outra coisa que possa causar dano à nossa terra, salvo com o conselho dos cidadãos e naturais. Respondemos que queremos chegar a acordo convosco sobre isto.

4.º – Dizem que mandamos comprar vinhos e outras mercadorias e que não as mandamos pagar, o que não é próprio de rei. E pediam-nos que mandássemos pagar o que comprámos, e que daqui em diante fizéssemos o mesmo.

13.º – Dizem que os grandes homens da nossa terra, cavaleiros e fidalgos e corregedores mandam comprar mercadorias. E as mandam vender, o que não pertence a tais pessoas fazer. E que por esta razão tiram o mantimento a mercadores e a outras pessoas.

22.º – Dizem que a nossa terra é prejudicada porque, quando temos guerra, obrigam os cidadãos e seus lavradores ao serviço militar e ficam as terras despovoadas e danificadas. E pediam-nos que tais pessoas sejam dispensadas desse serviço.

24.º – Dizem que os reis nossos antepassados, vendo que os clérigos se apoderavam de muitas terras que compravam, em prejuízo dos nossos direitos e dano dos nossos povos, proibiram que o fizessem. E que agora eles procedem em engano da lei. Respondemos e mandamos que se respeite a dita lei de desamortização.

44.º – Dizem que, em muitos lugares, clérigos e fidalgos compram e vendem mercadorias, e não toleram a ingerência dos almotacés, nem querem pagar sisas, alegando que são privilegiados e ameaçando com excomunhões. Respondemos e mandamos que as nossas justiças lho não consintam.

51.º – Dizem que alguns lavradores e guardadores de gado fizeram-se mercadores e almocreves, e deixaram de lavrar e criar. Pediam-nos que mandássemos que cada um conservasse o seu ofício, como foi mandado por nosso pai.

54.º – Pedem-nos que se regulem os altos salários exigidos pelos camponeses, de modo a que tenham mantimento e os lavradores possam ter quem os sirva.

95.º – E porque também os reis nossos antepassados costumavam fazer as suas Cortes muito raramente, sendo a emenda do mal feita muito tarde, pediam-nos que ordenássemos nossas Cortes de três em três anos.

1. As Cortes eram assembleias que

- (A) aconselhavam o rei em assuntos como a guerra e a desvalorização da moeda.
- (B) deliberavam acerca de assuntos como a justiça e a cobrança de impostos.
- (C) reuniam em Lisboa sempre que necessário, por iniciativa da Cúria Régia.
- (D) reuniam em Lisboa periodicamente, por iniciativa dos representantes dos concelhos.

2. A posição dos procuradores dos concelhos sobre a compra e venda de mercadorias por «grandes homens da nossa terra, cavaleiros e fidalgos e corregedores» (quinto parágrafo) refletia a

- (A) defesa da minoria moura, que se consolidou após a Reconquista e que exercia a atividade financeira.
- (B) proteção dos mesteirais, que emergiram com o surto urbano e cuja principal atividade era o comércio.
- (C) crítica à concorrência do clero e da nobreza, cujo estatuto social assentava na posse da terra e nas funções religiosas e político-militares que exerciam.
- (D) discordância relativamente às funções dos almotacés, funcionários de cada concelho responsáveis pela vigilância de pesos, medidas e preços.

3. A promulgação de leis de desamortização (sétimo parágrafo) contribuiu para o reforço

- (A) do património do clero, ao possibilitar o crescimento das suas propriedades.
- (B) da autonomia dos concelhos, ao definir os direitos e deveres das populações.
- (C) dos direitos senhoriais, ao regular a sua aplicação nos domínios.
- (D) do poder real, ao limitar o crescimento das propriedades eclesiásticas.

4. Os problemas económicos do país, segundo o documento, decorriam

- (A) do atraso das técnicas agrícolas e do sistema de organização da propriedade.
- (B) dos baixos salários pagos aos camponeses e dos tributos que lhes eram exigidos.
- (C) da falta de mão de obra nos campos, devido à guerra e à atração pelo comércio.
- (D) dos preços baixos dos produtos, devido à emissão e à desvalorização da moeda.

GRUPO II

PORTUGAL NO FINAL DO SÉCULO XIX E NO INÍCIO DO SÉCULO XX: DESAFIOS E MUDANÇAS

Documento 1

**A situação do país no final da monarquia – intervenção de Afonso Costa,
deputado republicano, no debate da reforma da contabilidade pública,
na Câmara dos Deputados (20/11/1906)**

Não encontramos neste projeto uma tentativa séria de evitar a repetição dos tremendos abusos da administração monárquica, mas só o propósito de tentar reabilitar a monarquia.

Para realizar os fins verdadeiros do projeto está nele o artigo 48.º que deixa nas mãos do Governo a maneira de defender criminosamente os autores e cúmplices dos crimes anteriormente cometidos; e no projeto está também a concentração no poder executivo de tudo o que diz respeito à contabilidade e à sua fiscalização preventiva. Que país é este, em que o sufrágio popular – base essencial de toda a democracia – é assim menosprezado?

Quis-se evitar que os deputados republicanos discutam tudo quanto interessa à vida da Nação e se relaciona com o rei e a sua família. Pretende-se que o Governo tenha nas suas mãos uma arma defensiva de certas entidades, e proveitosa para as suas clientelas políticas ou para os seus desejos de restringir os direitos dos cidadãos e de usar ilegitimamente os dinheiros da Nação.

Já estou a ver o Sr. João Franco a apresentar a necessidade da ditadura para a suposta salvação do Estado; e prescindir assim da cooperação, um tanto incómoda, das minorias parlamentares.

Fazendo referência aos adiantamentos à casa real, deixou o espírito público numa situação de alarme, sabendo-se que a casa real recebia dinheiros do Estado, contra a lei, uma verdade tão incontestável que pretendíamos espalhar pelo povo, nos comícios populares ou nos jornais democráticos. Depois disso, o regime ficou para sempre abalado nos seus fundamentos essenciais. Não mais a monarquia – não mais! – poderá reconquistar algum prestígio, nem a autoridade moral que seria a única razão da sua existência.

Em face dessas afirmações do Governo, o pobre povo, que vive sem pão, que sua, que padece fome, que se vê sem instrução – como não se havia de revoltar?

**A situação do país no final da monarquia – intervenção de João Franco,
Presidente do Conselho de Ministros, no debate da reforma da contabilidade pública,
na Câmara dos Deputados (20/11/1906)**

Os quatro deputados representantes do partido republicano por mais de uma vez têm usado da palavra e com toda a liberdade, representando um partido que é não só adversário político, mas adversário das instituições que defendemos.

O assunto dos adiantamentos à casa real era de toda a gente conhecido, mas ninguém julgava que o interesse público pedisse que ele fosse discutido imediatamente. É que se quer fazer desta questão uma campanha contra o Governo e contra as instituições. Quanto às instituições, tenho obrigação de defendê-las, porque as julgo irmanadas com os interesses do país, absolutamente ligadas à independência da Nação. Independência da pátria e monarquia são duas coisas absolutamente ligadas entre si, de tal forma que não pode desaparecer a segunda sem que haja perigo para a primeira.

Podem falar de todo o meu passado, e dizerem que eu sou inimigo da liberdade. Mas o país e principalmente os ilustres deputados republicanos sabem perfeitamente que nunca ninguém gozou de uma tão grande tolerância, como têm gozado os cidadãos nestes últimos seis meses.

Precisamos absolutamente dessa lei de contabilidade, para que os orçamentos sejam executados tais como são votados no Parlamento. O artigo 48.º encerra exatamente o contrário do que S. Exa. quis ver aí. O que o Governo procurou foi estabelecer uma verdadeira contabilidade sobre novas bases, e o seu empenho principal é governar com o Parlamento e com a opinião pública, assentando sobre tais alicerces o seu prestígio e a autoridade dos poderes do Estado. E em cada dia lhe chegam novas adesões aplaudindo a sua obra.

1. O debate exposto nos documentos 1 e 2 integra-se no regime político da monarquia

- (A) absoluta.
- (B) constitucional.
- (C) feudal.
- (D) teocrática.

2. Compare as duas perspectivas sobre a situação do país no final da monarquia, expressas nos documentos 1 e 2, quanto a três aspetos em que se opõem.

3. Refira, a partir do documento 1, três ações adotadas pelos republicanos, com vista à conquista do poder.

GRUPO III

DA ALEMANHA DO PRIMEIRO PÓS-GUERRA À CONSOLIDAÇÃO DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA NA DÉCADA DE 1960 NO CONTEXTO DO MUNDO CAPITALISTA

Documento 1

***Metropolis* (tríptico) – pintura de Otto Dix (1927-1928)**

A pintura está dividida em três painéis separados, mas interligados.

No painel esquerdo, destacam-se um ex-soldado mutilado e um mendigo. Ambos observam um conjunto de prostitutas, numa rua estreita, na zona antiga de uma cidade.

No painel direito, está presente um mendigo sem pernas, que olha para várias mulheres bem vestidas, provavelmente prostitutas.

No painel central, retrata-se um local de diversão noturna, num contexto urbano, com uma banda de jazz a tocar para uma clientela requintada e com sinais de riqueza. As mulheres usam cabelo curto e vestidos curtos e decotados que lhes deixam os braços nus; estão maquilhadas e uma está a fumar. Um par dança ao som da música em voga na época.

Documento 2

Discurso de Hitler no *Reichstag* (20/02/1938)

Temos assistido a uma autêntica inundação de mentiras e calúnias espalhadas por alguma imprensa estrangeira. Se, durante estes cinco anos, tivéssemos agido como os cosmopolitas e democráticos cidadãos da Rússia soviética, ou seja, como os da raça judaica, não teríamos conseguido transformar a Alemanha, que se encontrava em profundo colapso material.

A seguir aos Estados Unidos, a Alemanha é hoje o maior produtor de aço do mundo. Poderia dar-vos muitos mais exemplos. No final da próxima década, o povo alemão recordará o êxito da sua eficiência e encher-se-á de um orgulho supremo.

Se a agitação ou a malícia internacionais tentarem quebrar a paz do *Reich*, o aço e o ferro protegerão o povo alemão e os seus lares.

Gostaria, mais uma vez, de afirmar que o tratado de paz de 1919 foi imposto a alguns países. Este tratado provocou consequências a longo prazo nas vidas dos povos envolvidos. Saímos da Liga das Nações porque esta nos negou o direito ao rearmamento e à segurança.

Existem mais de dez milhões de alemães em Estados adjacentes à Alemanha. Contra a sua vontade foram impedidos, pelos tratados de paz, de se unirem ao *Reich*. A Alemanha de hoje saberá proteger os povos germânicos ao longo das nossas fronteiras.

O povo alemão não é um povo agressivo. É uma nação marcial, o que significa que não deseja a guerra mas não a teme.

Documento 3

Evolução do produto interno bruto e do desemprego na Alemanha (1919-1939)

Apresenta-se, por ano ímpar, o produto interno bruto (PIB), em milhões de dólares internacionais (ou dólares Geary-Khamis), que permitem o cálculo hipotético do poder de compra de um país num determinado momento, tomando por referência o poder de compra nos EUA. Por último, apresenta-se a taxa de desemprego, em percentagem.

Ano	PIB	Taxa de desemprego
1919	156 591	3,7
1921	189 511	2,8
1923	171 318	10,2
1925	223 082	6,8
1927	252 321	8,8
1929	262 284	13,3
1931	238 893	34,3
1933	234 778	36,2
1935	275 496	16,2
1937	317 783	6,9
1939	374 577	0,9

Documento 4

Distribuição de fundos do Plano Marshall na Europa (1948-1951)

Os países que receberam fundos do Plano Marshall, distribuídos em percentagem, foram os seguintes:

Portugal – 0,4

França – 21

Bélgica – 5

Holanda – 7

Irlanda – 1

Reino Unido – 24

Islândia – 0,2

Dinamarca – 2

Noruega – 2

Suécia – 1

República Federal da Alemanha – 11

Áustria – 5

Itália – 11

Trieste (*) – 0,3

Jugoslávia – 0,3

Grécia – 4

Turquia – 1

(*) Trieste: território livre entre 1947 e 1954, foi depois dividido entre a Itália e a Jugoslávia.

1. As mutações dos comportamentos sociais na Europa, refletidas no documento 1, acentuaram-se no primeiro pós-guerra como resultado
 - (A) da crença numa paz duradoura e da atitude empenhada de superação das desconfianças entre os povos.
 - (B) da confiança no progresso económico-social e da estabilidade política criada pela Liga das Nações.
 - (C) da relativização dos valores tradicionais e da emergência de um clima de anomia social nas cidades.
 - (D) da adesão aos princípios da moral burguesa e da valorização de normas de conduta conservadoras.

2. Indique o nome do «tratado de paz de 1919» a que o documento 2 se refere.

3. Transcreva duas afirmações do documento 2 que refletem o nacionalismo alemão no período entre as duas guerras.

4. Ordene cronologicamente os seguintes acontecimentos relacionados com a situação da Alemanha na primeira metade do século XX. Escreva, na folha de respostas, a sequência correta de letras.
 - (A) Ocupação e divisão da Alemanha pelos exércitos aliados.
 - (B) Criação da Liga das Nações (SDN), sem a participação alemã.
 - (C) Invasão da Polónia pelos exércitos alemães.
 - (D) Chegada do Partido Nazi ao poder.
 - (E) Bloqueio de Berlim decretado por Estaline.

5. Desenvolva, a partir dos documentos de 1 a 4, o seguinte tema:

Políticas económico-sociais na Alemanha: do primeiro pós-guerra à República Federal da Alemanha na década de 1960.

A sua resposta deve abordar, pela ordem que entender, três aspetos de cada um dos seguintes tópicos:

 - o primeiro pós-guerra: dificuldades e esforço de recuperação;
 - a década de 1930: do impacto da Grande Depressão às prioridades económico-sociais do regime nazi;
 - o segundo pós-guerra: das tarefas de reconstrução à prosperidade da RFA no quadro do bloco capitalista.

GRUPO IV

A EUROPA COMUNITÁRIA DAS ÚLTIMAS DÉCADAS DO SÉCULO XX À VIRAGEM PARA O SÉCULO XXI: CONQUISTAS E DIFICULDADES

Documento 1

Assinatura do tratado de adesão de Portugal à Europa comunitária – *Diário de Notícias* (13/06/1985)

Oito anos de negociações concluídos em Belém

Em dez minutos, chefes de governo e ministros plenipotenciários chamados um a um no claustro dos Jerónimos assinaram, ontem, o documento que faz a Europa chegar totalmente ao Atlântico, e Portugal tornou-se Estado-Membro da Comunidade. O Presidente da República afirmou, no decorrer desta cerimónia, que «não temos dúvidas de que a adesão propiciará benefícios e criará dificuldades quer à Europa quer a Portugal mas estamos certos de que o saldo será, para ambas as partes, positivo, e que as Comunidades saberão cumprir o que lhes cabe». Eanes lembrou ainda que a adesão de Portugal reforça a coerência da unidade europeia. Pouco tempo antes, ainda no claustro dos Jerónimos, Mário Soares, assinado o tratado, lembrou que «a palavra será agora conferida às novas gerações a quem se abrem exaltantes perspetivas de realização pessoal e de progresso».

Legenda da fotografia:

A primeira fotografia simbólica da Europa dos Doze teve por cenário a velha Torre de Belém, onde o primeiro-ministro Mário Soares recebeu os chefes de governo e os ministros dos Negócios Estrangeiros dos Estados comunitários que pouco tempo depois assinaram no claustro dos Jerónimos o texto fundamental do alargamento.

Documento 2

O Plano Delors – caricatura no jornal *Daily Express* (28/06/1989)

A caricatura representa, numa praia, à direita, Margaret Thatcher, primeira-ministra britânica, vestindo um fato de banho com a bandeira do Reino Unido estampada; a sua postura denota alguma preocupação e desconfiança face ao convite: «Venha! A água está esplêndida!».

Este convite é feito por Helmut Kohl, chanceler alemão, e por François Mitterrand, presidente francês, ambos em fato de banho e na água, com uma expressão feliz e confiante. Ambos estão sentados numa grande seringa onde se lê «Plano Delors».

Na parte superior da imagem, e por cima de uma grande onda, está um golfinho que tem escrita a palavra «Soberania» no dorso e que segura na boca um cartaz com a inscrição «S.O.S. – Espécie em vias de extinção».

1. Portugal reuniu condições para apresentar o pedido de adesão à Europa comunitária com a
 - (A) adoção de um modelo económico assente na coletivização.
 - (B) manutenção de um regime autárquico e corporativo.
 - (C) criação de um modelo económico assente no neoliberalismo.
 - (D) instauração de um regime democrático e pluralista.

2. Explique, a partir dos documentos 1 e 2, três impactos positivos decorrentes da adesão de Portugal à Europa comunitária.

3. Associe cada uma das instituições europeias, presentes na coluna **A**, às respetivas atribuições, que constam da coluna **B**.

Escreva, na folha de respostas, apenas as letras e os números correspondentes.

Coluna A

- a) Parlamento Europeu
- b) Tribunal Europeu
- c) Comissão Europeia

Coluna B

- 1 – Zela pela aplicação do direito comunitário e arbitra os diferendos; inclui um elemento de cada Estado-Membro.
 - 2 – Define e implementa a política monetária da zona euro; o seu conselho integra, entre outros, os governadores dos bancos centrais nacionais.
 - 3 – Propõe leis, elabora o orçamento, zela pela aplicação dos tratados e das políticas comunitárias; inclui um representante designado por cada Estado-Membro.
 - 4 – Fixa as orientações globais da União Europeia; reúne, entre outros, os chefes de Estado e de governo dos Estados-Membros.
 - 5 – Aprova o orçamento e exerce o controlo democrático sobre todas as instituições da União Europeia; integra membros eleitos que se organizam de acordo com o seu grupo político.
4. Refira, a partir do documento 2, três dificuldades na construção da unidade económica e política da Europa comunitária.

FIM

COTAÇÕES

GRUPO I

- | | |
|---------|----------|
| 1. | 5 pontos |
| 2. | 5 pontos |
| 3. | 5 pontos |
| 4. | 5 pontos |

20 pontos

GRUPO II

- | | |
|---------|-----------|
| 1. | 5 pontos |
| 2. | 25 pontos |
| 3. | 20 pontos |

50 pontos

GRUPO III

- | | |
|---------|-----------|
| 1. | 5 pontos |
| 2. | 5 pontos |
| 3. | 10 pontos |
| 4. | 5 pontos |
| 5. | 50 pontos |

75 pontos

GRUPO IV

- | | |
|---------|-----------|
| 1. | 5 pontos |
| 2. | 25 pontos |
| 3. | 5 pontos |
| 4. | 20 pontos |

55 pontos

TOTAL 200 pontos